

Pa



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - IFAL**  
**CAMPUS MACEIÓ**  
**DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR**  
**LICENCIATURA EM LETRAS**

**LENIVALDO VENANCIO DA SILVA**

**LIBRAS E SOCIOLINGUÍSTICA: OUVINDO O SILÊNCIO DO OUTRO**

**MACEIÓ - AL**

**2024**

LENIVALDO VENÂNCIO DA SILVA

LIBRAS E SOCIOLINGÜÍSTICA OUVINDO A SILÊNCIO DO OUTRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado no Instituto federal de Alagoas como requisito para conclusão do curso de licenciatura em LETRAS – PORTUGUÊS.

Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup> Willianice Soares Maia

MACEIÓ - AL

2024



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
***Campus Maceió***  
**Biblioteca Benevides Monte**

---

419  
S586e

Silva, Lenivaldo Venâncio da.

Libras e sociolinguística [recurso eletrônico] : ouvindo o silêncio do outro / Lenivaldo Venâncio da Silva. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 1,83 MB). – 2024.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: Internet.

Inclui referências.

Orientação: Profa. Dra. Willianice Soares Maia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Português) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Maceió*, Maceió, 2024.

1. Letras – Português. 2. Libras. 3. Sociolinguística 4. Surdos – Educação. I. Título.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**LENIVALDO VENANCIO DA SILVA**

**LIBRAS E SOCIOLINGÜÍSTICA: OUVINDO O SILÊNCIO DO OUTRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Letras/Português, do Instituto Federal de Alagoas, *campus-Maceió*, sob a orientação da Prof. Dra. Willianice Soares Maia.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente



**WILLIANICE SOARES MAIA**

Data: 10/12/2024 15:08:42-0300

Verifique em <https://validar.ifal.gov.br>

\_\_\_\_\_  
**Dra. WILLIANICE SOARES MAIA (ORIENTADORA)**

**Instituto Federal de Alagoas**

Documento assinado digitalmente



**CHARRIDY MAX FONTES PINTO**

Data: 10/12/2024 23:21:18-0300

Verifique em <https://validar.ifal.gov.br>

\_\_\_\_\_  
**Me. CHARRIDY MAX FONTES PINTO**

**Instituto Federal de Alagoas**

Documento assinado digitalmente



**JOSE CARLOS LIMA DOS SANTOS**

Data: 10/12/2024 15:13:50-0300

Verifique em <https://validar.ifal.gov.br>

\_\_\_\_\_  
**Dr. JOSÉ CARLOS LIMA DOS SANTOS**

**Instituto Federal de Alagoas**

## **RESUMO**

Este trabalho aborda problemas relacionados a sociolinguística e Libras, fazendo uma conexão histórica e os desafios enfrentados na aceitação e inclusão da língua brasileira de sinais, principalmente no contexto educacional. Para tanto, algumas perspectivas relacionadas a língua/linguagem, desafios, inclusão e interação entre surdo e ouvintes, será abordado nesta pesquisa, além de questões sociais as quais são relevantes para esse debate. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, analisando artigos, livros, sites e outros textos, sendo os autores, Bakthin (2003), Foucault (1998), Freire (1996), Bagno (2002), Skliar (1999), dentre outros, os quais abordam questões relevantes para o desenvolvimento desse trabalho. A relevância desses estudos e aplicação tem o propósito de criar um ambiente de valorização da Libras como uma língua legítima e rica em expressão cultural, e a inclusão social e educacional da comunidade surda.

Palavras-chave: Libras. Sociolinguística. Educação.

## **ABSTRACT**

This work addresses issues related to sociolinguistics and Libras, making a historical connection and the challenges faced in the acceptance and inclusion of Brazilian sign language, mainly in the educational context. For that, some perspectives related to language, challenges, inclusion and interaction between deaf and hearing people will be addressed in this research, in addition to social issues that are relevant to this debate. Through bibliographic and qualitative research, analyzing articles, books, websites and other texts, the authors being Bakthin (2003), Foucault (1998), Freire (1996), Bagno (2002), Skliar (1999), among others, which address issues relevant to the development of this work. The relevance of these studies and application aims to create an environment that values Libras as a legitimate language rich in cultural expression, and the social and educational inclusion of the deaf community.

Keywords: Libras. Sociolinguistics. Education.

## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>08</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	08
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	08
<b>3. COMUNIDADE SURDA – O SER SURDO DE ACORDO COM O DECRETO 5.626.....</b>	<b>10</b>
<b>4. O CURRÍCULO ESCOLAR PARA O SURDO.....</b>	<b>13</b>
<b>5. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E A INCLUSÃO DA LIBRAS.....</b>	<b>19</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>23</b>

## 2. INTRODUÇÃO.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma língua rica e culturalmente significativa utilizada pela comunidade surda no Brasil. A sociolinguística, como disciplina que investiga a relação entre linguagem e sociedade, oferece ferramentas valiosas para compreender a dinâmica sociocultural da Libras. Este projeto de TCC visa examinar a interseção entre a sociolinguística e a Libras, destacando como as perspectivas teóricas de Bakhtin, Foucault, Bagno e Paulo Freire podem enriquecer a compreensão dessa relação e a importância dessas discussões.

Sabendo que são várias as demandas, por sua vez, a comunidade surda também precisa obter um maior reconhecimento, principalmente da língua utilizada por essa comunidade, pois isso está relacionado a sua identidade linguística. Conforme surgem essas necessidades de estudos direcionados a língua de sinais, a sociolinguística, por sua vez, já dispõe de estudos da língua sendo entendida como um sistema que funciona sob uma perspectiva efetivamente social, sendo assim, uma comunidade de falantes de uma determinada língua mesmo com variações e mudanças próprias dessa comunidade, deve possuir legitimidade.

Desse modo, para a sociolinguística não existe língua fora de um contexto social e toda língua é um conjunto variado do meio social, e de fatores linguísticos e extralinguísticos que funcionam como condicionadores das variações e mudanças.

Entretanto, existe um desequilíbrio explícito entre as línguas conhecidas como naturais e os membros dessa comunidade, pois são categorizados como se não fizessem parte da comunidade, num contexto em que somos classificados de acordo com as nossas identidades da fala, sendo assim, recebemos o título de falante ideal ou antiquado. Porém algumas indagações surgem diante desse discurso: o distanciamento da Libras do convívio social e do contexto educacional, não prejudica os estudos e compreensão dessa língua? Quais propostas e reflexões poderemos extrair desses estudos?

Ademais, sabemos que fazemos parte de uma sociedade que possui em uma maior quantidade os falantes, por outro lado temos uma minoria que fazem parte da comunidade surda, portanto não é uma decisão fácil o reconhecimento da língua de sinais, por isso se faz necessário

uma essa valorização e reconhecimento, entendendo que a Libras, segundo a lei, já foi reconhecida como meio legal de expressão e comunicação no Brasil.

Esse projeto de TCC está sendo desenvolvido com a finalidade de trazer questões a serem observadas em relação a língua brasileira de sinais, tendo em vista que, a sociolinguística lança luz sobre essas questões de variação linguística, comunidades linguísticas, a língua em uso e afins, refletiremos sobre as dificuldades enfrentadas pela comunidade surda, principalmente em relação a forma de se comunicar.

portanto, sob o olhar dos teóricos aqui relacionados, esse trabalho mostrara caminhos que nos ajudará a obter uma compreensão melhor acerca da Libras, além disso mostrará caminhos que possam ser utilizados para a valorização e uma maior aceitação da comunidade surda, dentre outras que possui características próprias em suas expressões linguísticas. Destaco ainda que, a proposta desse trabalho não é abordar a sociolinguística numa perspectiva variacionista, interacional ou educacional, mas fazer uma abordagem mais geral em relação ao tema.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. OBJETIVO GERAL**

- Compreender as dificuldades da comunidade surda promovendo discursões que visam amenizar os problemas enfrentados e buscando trazer para o contexto comum a língua brasileira de sinais

#### **3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar a conexão entre a sociolinguística e a Libras.
- Investigar como os teóricos Bakhtin, Foucault, Bagno e Paulo Freire oferecem insights para a compreensão da importância sociocultural e linguística da Libras.
- Examinar como as discussões sociolinguísticas podem contribuir para a valorização da Libras e para a inclusão social das comunidades surdas.

As ações desenvolvidas nesse estudo se baseiam numa revisão bibliográfica que levaram em consideração os estudos e obras de alguns teóricos, que trazem respaldo para as questões desenvolvidas nesse trabalho, para tanto, abordaremos essa relação dos estudos da Libras e

sociolinguística, com vistas a identificar questões que nos ajudem a colocar em prática essas teorias.

Para tanto, observaremos como o dialogismo de Bakhtin permite uma série de inter-relação com o discurso, a realidade, a ideologia, a interação, o contexto, a compreensão e significação, sendo assim, Bakhtin afirma, o dialogismo e o diálogo como um fenômeno quase universal, que penetra toda linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana “tudo na vida é diálogo, ou seja, contraposição dialógica”.

Outro grande teórico, Michel Foucault, estabelece a ideia de poder supondo um contínuo proveniente de diferentes articulações sociais, o poder entendido através de redes produz coisas, sujeito, comportamentos e conhecimento, o sujeito segundo ele, é construído sob uma perspectiva histórico social, sendo observada nesse contexto a comunidade surda, passa a ser entendida como um grupo definido e construído socialmente.

Ademais, quando falamos de inclusão de surdos, é importante evidenciar a influência nas questões de aprendizado na sala de aula. Para Freire (2008) o ensinar/aprender deve estar voltado para que o aluno tenha autonomia no seu processo de produção e construção de conhecimento e principalmente, que tenha a capacidade de estabelecer relações que determinam a liberdade individual em gerir sua vida. Percebe-se a dificuldade de conceber a autonomia do estudante surdo no contexto atual da educação.

Também, analisaremos a ideia de "preconceito linguístico" de Bagno e sua relevância para a Libras. Como os estigmas e preconceitos linguísticos afetam a atitude em relação à Libras e sua aceitação como língua legítima, as variações linguísticas são fenômenos de transformação da língua, que está sujeita a intervenções externas à norma padrão. Essas modificações ocorrem porque a língua é um fator sociocultural, sendo assim, as variantes da língua coexistem na comunidade falante com um mesmo significado da palavra.

Pensando na Língua Brasileira de Sinais, é preciso reconhecer que se trata de uma língua materna para a comunidade surda. Sendo assim, ainda que haja aqueles que acreditam que a língua de sinais possa ser uma língua empobrecida por não apresentar elementos comuns nas línguas orais, como os elementos de ligação, conectivos, preposições e conjunções, como afirmam Lodenir Becker Karnopp e Ronice Muller de Quadros (2004), ela possui legitimidade.

Além disso, as particularidades existentes são notórias, “[...] as línguas de sinais são línguas de modalidade visuoespacial que apresentam uma riqueza de expressividade diferente

das línguas orais, incorporando tais elementos na estrutura dos sinais através de relações espaciais, estabelecidas pelo movimento ou outros recursos linguísticos (QUADROS. KARNOPP, 2004, p. 35).

Do ponto de vista metodológico, exploraremos algumas obras dos teóricos escolhidos, destacando suas perspectivas sobre linguagem, sociedade e poder. A pesquisa proposta é caracterizada como bibliográfica e aponta para uma abordagem de natureza qualitativa, que busca compreender as concepções desses autores, com vistas a fazer reflexões às questões levantadas na problemática dos estudos na educação de surdos.

Sendo assim, observaremos através dos estudos teóricos, as ideias de Bakhtin, Foucault, Bagno e Paulo Freire, além de outros autores questões que visam oportunizar o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, observando a linguagem em um contexto sócio-histórico e o que isso representa na educação dos surdos num processo educacional e social.

#### **4. COMUNIDADE SURDA – O SER SURDO DE ACORDO COM O DECRETO 5.626**

Mesmo sabendo que o reconhecimento da língua de sinais não é mais uma das principais demandas da comunidade surda, pois alguns avanços já foram realizados, obter uma maior notoriedade é de fundamental importância, porque apenas com a expansão de sua língua os surdos podem ter mais direitos que estão relacionados à sua identidade linguística.

Para tanto, até chegarmos a esse propósito, uma série de questões precisaram ser observadas, sendo assim, faremos um breve resumo para uma melhor compreensão, abordaremos alguns pontos históricos acerca da sociolinguística, com o propósito de conectar questões da sociolinguística relacionadas a língua brasileira de sinais, para fundamentar essa análise. Alguns teóricos, dentre eles, William Labov propõe o desenvolvimento de uma perspectiva efetivamente social para a linguística, em que a língua é entendida como um sistema heterogêneo em uso numa comunidade de fala e sujeita a pressões linguísticas e extralinguística.

Sendo assim, a sociolinguística se consolida a partir da eleição do estudo da variação e da mudança linguística, o objetivo de era amenizar uma problemática que criou um engessamento onde o sistema linguístico em que a estrutura é invariável. Para tanto, veremos um modelo de análise linguística que seja capaz de descrever a heterogeneidade ordenada, ou seja, a variação, considerando que nem toda variação leva à mudança, mas toda mudança pressupõe um período anterior de variação.

Desse modo, para a sociolinguística, não existe língua fora do contexto social e toda língua é um conjunto de variedades; língua é um sistema constituído a partir do meio social ordenado em que fatores linguísticos e extralinguísticos funcionam como condicionadores da variação e da mudança. A língua, nessa perspectiva, portanto, não pode ser analisada separada dos seus contextos de usos e, conseqüentemente, de seus falantes.

Considerando que não há língua com apenas um falante, as línguas devem ser analisadas no contexto social em que falantes de diferentes idades, origem social, etnia, graus de escolaridade, sexo e gênero interagem. A gramática não é produto acabado e fechado que esses falantes devem aprender. A gramática é construída justamente por esses falantes em situações de interação em que sentidos são negociados. Desse modo, a história interna de uma língua não se desvincula da sua história externa, ou seja, da história de seus falantes.

Portanto, essa representação da comunidade surda com suas particularidades relacionadas a língua, são necessárias, pois parece ocorrer em grande parte do imaginário social, que a surdez é uma restrição ou limitação, principalmente quando está relacionado a língua, a falta de compreensão de grande parte da sociedade em relação a Libras e a comunidade surda, tem raízes que adotam conceitos e preconceitos.

Essa representação, construída social e historicamente, tem fortes bases no conceito de normalidade, pois "a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias". Nessa perspectiva, o discurso sobre o que é ser normal ganha força num contexto que classifica o que a norma considera ideal ou adequado.

Seguindo nessa perspectiva, quando falamos do que essa comunidade representa, precisamos considerar que a pessoa surda é colocada em desvantagem, pois "a norma é uma espécie de régua que tem o objetivo de 'medir' os sujeitos a fim de definir aqueles que farão parte dela e os que serão excluídos. Se não forem adotadas medidas que busquem incluir ela num contexto de acessibilidade e preparação dos agentes que atuam para facilitar a inclusão da comunidade surda em todos os contextos da sociedade.

Ainda nesse viés, temos o conceito de Ouvintismo, muito latente nas sociedades, que, conforme afirma Carlos Skliar, consiste em "um conjunto de representações dos ouvintes e o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte". Isso legitima uma concepção

clínico-patológica sobre a surdez e cria um estigma social, que pode levar à exclusão e à marginalização dos surdos.

Quando se conhece a Comunidade Surda e sua Língua de Sinais, o encantamento parece ser recorrente. Enquanto os surdos eram comparados a ouvintes que tinham um problema, pouco se possibilitava para o desenvolvimento global deles, ao passo que, quando se permitiu que o surdo pudesse existir sendo surdo, suas possibilidades de existência e de inclusão se abriram de maneira contundente.

Entretanto, essa realidade só começa a se fazer presente na contemporaneidade. Segundo Sherman Wilcox, as Línguas de Sinais chegam à esfera mundial, reconhecidas como idiomas, somente em meados da década de 1960, com as publicações do linguista William C. Stokoe. Dessa forma, pode-se analisar o quanto é recente o estudo sobre as Línguas de Sinais no contexto mundial e refletir o quanto esses idiomas foram desvalorizados por séculos.

Somente nas últimas décadas, as Línguas de Sinais começaram a ser discutidas, permitidas e um pouco mais aceitas pelas sociedades ouvintes, que são majoritárias. Contudo, seu reconhecimento como línguas autênticas pela área da Linguística não significou a compreensão imediata de seu papel na vida das pessoas surdas, nem mesmo a valorização de seu status de idioma.

Ao conhecer-se sobre a Libras e as pessoas surdas, há uma tendência ao afastamento pois a compreensão da surdez é tida como falta, ausência, incapacidade ou doença. Isso é cada vez mais reafirmado em pesquisas que se dedicam a essa questão de maneira mais específica. Esse pensamento é sintetizado por Carlos Skliar, “O que está mudando são as concepções sobre o sujeito surdo, as descrições em torno da sua língua, as definições sobre as políticas educacionais, a análise das relações de saberes e poderes entre adultos surdos e adultos ouvintes etc.”

A Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão no Brasil, por meio da [lei nº 10.436/2002](#). A referida lei legitima a Libras como idioma advindo das Comunidades Surdas Brasileiras. Isso pode ser constatado no Parágrafo Único do Artigo 1º, no qual se lê:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Sendo a Língua de Sinais a única que pode ser adquirida naturalmente por surdos, visto que se configura como uma língua de modalidade visual, seu uso e difusão nas mais diferentes esferas, entre elas a educacional, a jurídica, a religiosa e a da saúde, possibilitam a "padronização" dos códigos de expressão desse idioma, de forma a elevar a interação da pessoa surda com um universo superior ao seu núcleo familiar e/ou imediato, pois a língua oral pode ser aprendida por surdos, mas não de maneira espontânea

A identidade surda é construída tendo como base uma concepção socioantropológica da surdez. Dessa forma, para o surdo, é normal ser surdo, e esse sujeito não necessita de conserto, mas de possibilidades que permitam que ele se desenvolva com aquilo que tem de preservado. Nessa perspectiva a Cultura Surda se consolida. Ela não se resume, por exemplo, a um tipo de comida diferente ou a um tipo de crença específica, mas à forma de viver e de experimentar o mundo por uma perspectiva que não se utiliza da audição. Ao dissertar sobre essa questão, Heloísa Salles e outras autoras defendem que:

Quebrar o paradigma da deficiência é enxergar as restrições de ambos: surdos e ouvintes. Por exemplo, enquanto um surdo não conversa no escuro, o ouvinte não conversa debaixo d'água; em local barulhento, o ouvinte não consegue se comunicar, a menos que grite e, nesse caso, o surdo se comunica sem problemas. Além disso, o ouvinte não consegue comer e falar ao mesmo tempo, educadamente, e sem engasgar-se, enquanto o surdo não sofre essa restrição.

Da mesma forma que Foucault (2001), diz das ciências em que não foi o louco que criou a psiquiatria e sim a psiquiatria que criou o louco, podemos dizer que não foram os surdos que criaram os saberes médicos (com seus desdobramentos da fonoaudióloga, psicologia, pedagogia, linguística) sobre a surdez, mas foram estes lugares do discurso que criaram as práticas de correção e reabilitação que lhes foram submetidas.

## **5. O CURRÍCULO ESCOLAR PARA O SURDO**

Estas áreas do saber não criaram, portanto, o sujeito surdo, mas criaram efetivamente o "deficiente auditivo". Foi essa particular forma de poder que, revestida de bondade e sob o manto de uma preocupação com a saúde e o bem-estar foi aperfeiçoando formas de

assujeitamento, melhor dizendo de “submissão da subjetividade” do indivíduo surdo. O sujeito segundo Foucault, é construído sob uma perspectiva histórico social, e não é levada em conta sua construção sua própria construção, suas relações consigo mesmo, suas relações históricas e linguística, criando um sujeito inexistente em suas concepções próprias.

No referencial foucaultiano, a ideia de poder supõe um contínuo proveniente de diferentes articulações sociais instáveis. O poder entendido através da noção de rede produz coisas, sujeitos, comportamentos e conhecimentos e par e passo com essas produções, traz a resistência. Poder e resistência incorporados à noção de trama social exigem uma retomada do conceito de cultura.

Nesse contexto, a cultura passa a ser entendida como um conjunto de processos através dos quais grupos são definidos e construídos. A Cultura passa, então, a inscrever-se em uma dimensão política. Ela pode ser entendida “como um conjunto contestado e em constante tensionamento de práticas de representação intimamente relacionadas aos processos de recomposição de diferentes grupos sociais” (LOPES, 2002, p.29).

Entendendo os sujeitos em uma perspectiva que fala de sua incompletude, de suas múltiplas identidades constituídas a partir das relações sociais é possível que entendamos a surdez não como uma deficiência ou uma anomalia que habita o corpo de um dado sujeito, mas como uma materialidade que é significada pelos diferentes grupos culturais. A surdez, vista por pesquisas que integram o que alguns autores chamam de estudos surdos, passa a ser uma experiência visual.

As pessoas surdas, quando engajadas em movimentos surdos, estão lutando pelo direito de se representarem como sujeitos culturais. A noção de pertencimento a um grupo que se autodenomina de surdos é uma conquista que muitos sujeitos já conseguiram em diferentes lugares, não só do Brasil, como também do mundo.

Foucault acentua a tripla propriedade do discurso: a primeira propriedade diz respeito ao seu poder de vida e de morte, a segunda à sua funcionalidade como discurso de verdade pelo seu estatuto científico, formulado por pessoas qualificadas no interior das instituições científicas, e a terceira ao seu poder de nos fazer rir, à sua capacidade de se tornar ridículo e obsoleto aos nossos olhos, mas não sem antes ridicularizar determinados indivíduos.

No Brasil criou-se esse paradigma de que o único modelo aceitável de fala é aderir a forma padrão, as variações linguísticas que permeiam todo país são vistas, por vezes como erro

gramatical, porém ao convivermos com pessoas que possuem uma forma particular de expressar – se, conseguimos compreender e reproduzir essa forma de comunicar, por conseguinte nosso contato com a comunidade surda e por sua vez com a Libras, isso trará um aprendizado acerca da comunicação de uma forma diferente, mantendo a essência da comunidade que estou inserido.

Ao pensarmos na surdez, notamos que os dispositivos constituídos no caso da peste e da lepra não ficam nada distantes e não são desconhecidos, pois se antes os surdos eram excluídos, destinados a asilos ou hospitais psiquiátricos, a partir do século XVIII são destinados à normalização (escolas especiais) e, atualmente, às escolas regulares, escolas “normais”, como retratam bem as políticas de inclusão (FOUCAULT, 2000). Assim sendo, esse poder ficaria concentrado em lugares específicos ou na negatividade.

O poder encontra-se disperso no tecido social e é responsável por uma série de agenciamentos de significação que poderíamos chamar poderes múltiplos ou contrapoderes que se entrelaçam na macroestrutura social. E é assim que o poder produz efeitos – positivos - no nível do desejo e do saber. É, portanto, a partir de um poder sobre o corpo que se constituiu um saber fisiológico, orgânico e por fim acadêmico (GALLO, 1997, p.143).

Para construir um corpo forte, produtivo e dócil torna-se necessário um conjunto de técnicas que sejam capazes de desenvolver procedimentos de adestramento do corpo, a fim de recuperar o comportamento e a alma daqueles indivíduos que, por algum motivo, escapam da normatividade social. Esses indivíduos são por sua vez, catalogados e medidos conforme uma regra, uma norma, que os individualiza, os torna comparáveis, os aborda a partir dos desvios e os constitui como “anormais”.

A estratégia de isolar os sujeitos torna-se uma forma de controle dos corpos que se opõem à ordem social, nesse sentido, se exerce sobre esses sujeitos um “poder disciplinar” que os isola, os separa uns dos outros. A partir dessa ideia de que é mais fácil atuar sobre o homem isolado, em um espaço fechado em que todas suas reações possam ser controladas, emergem as estratégias moralizadoras e as disciplinas se tornam uma forma hegemônica de controle dos indivíduos (MURILLO, 1997).

É neste contexto, que a medicina aparece como ferramenta de controle social, ou seja, ela mantém, vigia e distribui esses indivíduos e os constitui como objeto de saber e de prática médica. Assim, o doente é individualizado, conhecido e curado e, portanto, cabe a “Educação

Especial” como um saber médico, relacionar o educar e o cuidar, com o corrigir, o tratar e o psicologizar.

Por muito tempo esse processo de inclusão não só de pessoas surdas, mas também pessoas com outras deficiências, foram maquiados com essa ideia de escolas especiais ou grupos de apoio, que na verdade tinha como objetivos excluir os grupos que na visão de muitos conseguiram atender a demanda de aprendizagem proposta pelas instituições e incapazes de produzir na mesma proporção de um falante, sendo assim, essas comunidades ficaram reclusas.

No entanto, com estudos voltados para a inclusão, percebe-se a necessidade de construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e para que isso verdadeiramente aconteça devem ser garantidos que em todos os aspectos sejam promovidas ações para que todos acessem as oportunidades oferecidas por quaisquer instituições, sem enfrentar barreiras de comunicação e nenhum tipo de discriminação.

Ademais, entendendo que uma das maiores dificuldades da comunidade surda está relacionada a comunicação com os falantes pois a língua de sinais é a língua natural dos surdos, mas muitas vezes não é reconhecida ou apoiada pela sociedade em geral. Isso pode resultar em dificuldades de comunicação em situações cotidianas, como em interações com profissionais de saúde, em serviços públicos ou em emergências e no ambiente escolar.

Neste sentido, o decreto o decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu art. 23 aponta que as instituições federais de ensino, de educação básica e superiores, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços adequados, como serviços de tradutor e intérprete de Libras, bem como deve ser proporcionado aos professores e professoras o acesso as informações sobre especificidades que envolvem a linguagem de alunos e alunas surdos. Porém, de acordo com uma pesquisa do INEP de 2020, há apenas 64 escolas bilingue, de alunos surdos.

Outro ponto abordado nesse trabalho está relacionado a necessidade de interação e suas complexidades, para tanto, observaremos o dialogismo de Bakhtin que permite uma série de inter-relações com o discurso, a realidade, a ideologia, a interação, o contexto, a compreensão e a significação. Nessa inter-relação, tomamos consciência dos fundamentos filosóficos e percebemos melhor a relação com outras áreas do conhecimento. Sendo assim Bakhtin afirma:

o dialogismo e o diálogo como um “fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância” (2010b, p. 47), e conclui, “tudo na vida é diálogo, ou seja, contraposição dialógica”. (p. 49).

Além disso, ele também afirma:

Um traço essencial (constitutivo) do enunciado é a possibilidade de seu direcionamento a alguém, de seu endereçamento. [...] Esse destinatário pode ser um participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano, pode ser uma coletividade diferenciada de especialistas de algum campo especial da comunicação cultural, pode ser um público mais ou menos diferenciado, um povo, os contemporâneos, os correligionários, os adversários e inimigos, o subordinado, o chefe, um inferior, um superior, uma pessoa íntima, um estranho, etc.; ele também pode ser um outro totalmente indefinido, não concretizado (em toda sorte de enunciados monológicos de tipo emocional). (Bakhtin, p. 62-63).

Considerando as contribuições do atualmente denominado Círculo de Bakhtin, surge uma nova perspectiva para os estudos linguísticos, fundada na dialogia da linguagem, de forma que o ser humano, enquanto falante de uma língua, passou a ser analisado como sujeito, em sua *incompletude*, na medida em que a completude do enunciado desse sujeito só se concretiza por meio da relação dinâmica da compreensão responsiva do seu/s interlocutor/es.

Para tanto, entendendo que a linguagem se concretiza em um espaço enunciativo-discursivo e não é apenas constituída de unidades linguísticas sonoras, todas as relações dialógicas constituem-se como unidade da interação social. todas as atividades comunicativas não-verbais que complementam a comunicação vocal, mas especificamente nesta pesquisa para a Libras.

As expressões visuais afetivas são comunicações paralinguísticas complementares que expressam os sentimentos do locutor e interlocutor, através de gestos e postura corporal, das expressões faciais e do olhar, sendo possível apreender estados e sensações como, por exemplo: alegria, tristeza, angústia, insegurança, dúvida, ironia, surpresa, confronto, rejeição, entre outros, que são atitudes comportamentais.

Muitas vezes, por expressarem sentimentos e emoções, essas expressões são involuntárias e podem não acontecer concomitantemente com um enunciado, mas independentemente de serem realizadas isoladamente ou simultaneamente a uma enunciação, elas sempre são identificadas, por serem apreendidas cognitivamente pelos interlocutores em uma relação dialógica.

A língua enquanto linguagem envolve o dialogismo e a polifonia, implicando relações sociais ideologizadas, um determinado enunciado será analisado a partir dos signos verbo-visuais utilizados pelo locutor e pelo interlocutor que, percebidos alternadamente por ambos, permite a Inter completude do locutor no e para o outro, decorrendo assim o agir conforme essa complexidade discursiva.

Sendo assim, a relação entre falantes e surdos pode variar dependendo de vários fatores, como o contexto cultural, o nível de conscientização sobre as necessidades dos surdos e a disponibilidade de recursos de comunicação, no entanto ações podem ser adotadas para facilitar essa comunicação, Quando falantes e surdos estão comprometidos com a comunicação eficaz, eles podem usar várias estratégias, como escrever, usar gestos, recorrer a intérpretes de língua de sinais ou aprender a língua de sinais, para superar barreiras linguísticas e se comunicar de forma mais inclusiva.

A qualidade da relação entre falantes e surdos é influenciada pela disposição de ambas as partes em se engajar, aprender e se adaptar para garantir uma comunicação eficaz e respeitosa. Essa relação é enriquecida quando há um verdadeiro compromisso com a inclusão, o respeito mútuo e a celebração da diversidade.

Outro fator que deve ser compreendido nesse estudo é o processo de interação, educação e inclusão, para tanto, analisaremos como Paulo Freire, traz aplicações de como a pedagogia crítica pode fortalecer a valorização da Libras na educação e contribuir para a inclusão dos surdos, sabendo que a dinâmica desse processo trás particularidades e complexidades, abordaremos alguns pontos que fortalecerão esta análise.

A teoria do diálogo, de Paulo Freire, está assentada na realidade educacional brasileira, nordestina, que quando implementada, na década de 1960, tinha “metade de seus trinta milhões de habitantes nordestinos analfabetos. (Gadotti,1996 p. 70). A teoria do diálogo, de Paulo Freire tinha uma proposta pedagógica para atuar com classes populares.

Essas atividades possuem a sua visão política e parte do conhecimento da realidade, do conhecimento de mundo, que parte de uma conscientização e provoca ações de transformação.

Alguns pressupostos dessa teoria são :

a) a necessidade de conhecer, de criticar e de transformar a situação em que se vive; e b) a conscientização - que ocorre pelo diálogo e a compreensão de uma realidade conflituosa, com o fim de transformá-la, o que implica uma imersão na realidade para um distanciamento desta, para poder fazer a crítica e propor ações transformadoras.

Devemos considerar que a palavra e, por conseguinte, o diálogo, são ações e reflexões de forma indissociável. Freire diz que a palavra *práxis*, tem o poder de transformar o mundo. “Não há palavra verdadeira que não seja *práxis*. (FREIRE, 1983 p. 91). Ele enfatiza uma educação que não apenas transmita conhecimento, mas também capacite o aluno a compreender

criticamente a sua realidade e transformá-la através da ação. Portanto, sua visão educacional provavelmente apoiaria o reconhecimento e valorização da Libras como uma língua legítima e a inclusão de alunos surdos na educação.

Carlos e Alcantara (2017, p.46) declaram que embora Freire não tenha desenvolvido uma discussão elaborada, ao recurso da imagem visual, esta não deixou de ser objeto de sua atenção e utilização na prática educativa. Assim, concluímos que a utilização de imagens adotada no processo de alfabetização freiriana, precisa ser perfilhada no ensino do aluno surdo, visto que a aprendizagem deste estudante se dá principalmente através da visão.

De acordo com, Garcia e Abreu, (2018, p.6), “a filosofia educacional política presente nas concepções de Paulo Freire não é somente para os alunos com necessidades educativas especiais e os demais excluídos, mas sim para todos, sem exceção.” As convicções de Freire impetram numa autêntica pedagogia da inclusão por ser fundamentada numa abordagem libertadora.

Neste processo inclusivo, existem diversos fatores do cotidiano escolar que se constituem em dificuldades, como Freire e Shor (1986) afirmam:

os professores enfrentam aulas demais, alunos demais, e controle administrativo demais de modo que a necessidade de funcionamento em classe é muito maior do que a aparente teoria. As concepções de Freire, postulam-se em uma abordagem libertadora, ao reconhecer e respeitar as diferenças que constituem os seres humanos. Esta cordialidade apontada no contexto educativo freiriano, é fruto da deferência de práticas educativas que precisam ser empregadas na sala de aula com o aluno surdo.

## **6. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E A INCLUSÃO DA LIBRAS**

Ao falar em inclusão do surdo, também no contexto educacional, faz-se necessário evidenciar a influência do diálogo nas relações em sala de aula que tornam o aprendizado eficiente. Visto que, sem comunicação não há ensino. A Comunicação é diálogo, e este diálogo, na concepção freiriana, consiste em uma relação horizontal e não vertical entre as pessoas implicadas na relação (GADOTTI, 1996, p. 81).

Para Freire (2008), o ensinar-aprender deve estar voltado para que o aluno tenha autonomia no seu processo de produção e construção do conhecimento, e, principalmente, ter a capacidade de estabelecer relações que determinam a liberdade individual em gerir sua vida. É difícil conceber autonomia do aluno surdo no contexto escolar da educação tradicional prescritiva, com normas que determinam o que é apropriado. Em que, “toda prescrição é a imposição de uma consciência a outra.” (FREIRE, p.19, 1987).

Esta relação hierárquica composta pela figura opressora do educador, detentor do conhecimento, e o educando, passivo que recebe os conteúdos sem o direito de questionar. Neste cenário impositivo, “o brasileiro vem sendo abraçado por heranças coloniais: a do silêncio e da resistência a ele, a da busca da voz e da rebeldia” (FREIRE, 2003, p. 122).

É complicado se colocar no lugar do surdo e imaginar todas as barreiras que representam o grito do silêncio e da resistência a ele. Os princípios que norteiam a prática educativa de Paulo Freire, de humanização, dialogicidade e emancipação, contribuem na assessoria da autonomia do sujeito em processo de aprendizado. No presente caso, o sujeito em estudo é o surdo, que para (QUADROS, 2008, p.27) seu processo de aprendizagem se dá por meio de sua língua, a Libras, seguida da língua portuguesa na modalidade escrita.

Em vista disso, o desenvolvimento linguístico do aluno surdo depende de práticas educativas subordinadas a políticas públicas que deveriam reconhecer que a Libras garante um processo educativo progressista do discente surdo. Mesmo com algumas melhorias dos índices de admissão de alunos surdos no ensino em geral, a quantidade de pessoas surdas fora dos bancos escolares ainda é grande, o que demonstra a necessidade de políticas públicas para atender os surdos e suas famílias, bem como capacitar professores e demais atores escolares para esse atendimento.

De acordo com Freire (1996) o desenvolvimento da autonomia se dá respeitando a liberdade de tomada de decisão. Na capacidade para decidir sobre aquilo que ela julga ser o melhor para si, a autonomia de cada sujeito é um imperativo ético e não algo que se pode ou não oferecer uns aos outros.

A educação de surdos no Brasil tem enfrentado muitas lutas e nas palavras de Freire, não há luta sem esperança “luta que fazemos movidos pela esperança, pelo fundamento ético-histórico de seu acerto, faz parte da natureza pedagógica do processo político.” (FREIRE, 2011b, p. 16) diz mais,

Minha esperança é que, experimentando-se livremente em administrações abertas terminem por guardar o gosto da liberdade, do risco de criar e se vão preparando para assumir -se plenamente como professores, como profissionais entre cujos deveres se acha o de testemunhar a seus alunos e às famílias de seus alunos, o de recusar sem arrogância, mas com dignidade e energia, o arbítrio e o todo-poderosismo de certos administradores chamados modernos. Mas o dever de recusar esse todo-poderosismo e esse autoritarismo, qualquer que seja a forma que eles tornem, não isoladamente, na qualidade de Maria, de Ana, de Rosália, de Antônio ou de José. (FREIRE, 1997, p. 11)

Por conseguinte, as dificuldades não se limitam apenas as de compreensão, mas existe todo um sistema que tenta anular a ascensão de outras formas de comunicação, não só a

preparação de ambientes que tratem com naturalidade as diversas linguagens, mas que promovam e até cobrem que isso seja colocado em prática, pois mesmo com leis que foram criadas para atender as demandas da comunidade surda, muitos lugares não se adequam as normas estabelecidas, principalmente instituições de ensino.

Diante de tantos estigmas e preconceitos linguísticos que afetam a atitude em relação à Libras e sua aceitação como língua legítima, principalmente da aceitação e ações que promovam a língua brasileira de sinais, percebe-se que isso não se resume a uma falta de compreensão de uma comunidade linguística, mas ao preconceito velado ou até mesmo explícito de aceitação de variações linguísticas.

As variações linguísticas são fenômenos de transformação da língua, que está sujeita a intervenções externas à norma padrão. Essas modificações ocorrem porque a língua é um fator sociocultural, sendo assim, as variantes da língua coexistem na comunidade falante para um mesmo significado da palavra, por exemplo. Porém, não é apenas no vocabulário que há variações, mas também podem ocorrer em níveis sintáticos, morfológicos, fonológicos, além das mudanças determinadas pelo espaço geográfico, histórico, entre outros.

Ainda nesse debate, é importante chamar a atenção para a contribuição de Cezário e Votre (2009), pois, segundo demonstram, uma das contribuições da pesquisa sociolinguística [variacionista] foi a constatação de que muitas formas não-padrão [da língua] também ocorrem na fala de pessoas com nível superior, principalmente em momentos mais informais (2009, p. 142).

De acordo com Câmara Júnior (1984), o erro no caso linguístico da Libras, constitui-se naquilo que contraria a norma, atuando como variação linguística ocorrida de lugar para lugar, de um indivíduo para outro ou de uma classe social para outra. Nesse sentido o autor classifica três tipos de supostos “erros” nomeados como: regionalismo (de um lugar para outro), vulgarismo (erros cometidos na utilização da língua em classes populares) e erros individuais, correspondentes ao idioleto.

Nessas perspectivas e, considerando-se a variação linguística em Libras, cabe a escola, bem como ao professor, entender que os alunos se comunicam de forma diferente um do outro, o que deve ser além de estudado, valorizado, uma vez que a língua é multifacetada, porém não deixa de ter uma variante ou dialeto prestigiado (Castro Júnior, 2011), não caracterizando, porém, o erro, como antes apresentado, mas adequações a contextos específicos da fala.

Segundo afirmação de Quadros (1997, p. 47) “A língua de sinais seria uma expressão da capacidade natural para a linguagem, de acordo com a perspectiva gerativa”. A autora complementa o seu entendimento considerando que se existe um dispositivo para aquisição da linguagem em todos os indivíduos humanos a ser colocado em ação por intermédio da experiência linguística, a criança surda deve ter acesso o mais breve possível à língua de sinais, no sentido de ativá-la naturalmente, haja vista que a Língua Portuguesa não é sua língua natural para a pessoa surda.

Isso não ocorre senão na família ou a partir dos ensinamentos de professores qualificados para esse fim. Há que se considerar todas essas variações inerentes à língua, o que a torna mais rica e mais complexa com o passar do tempo, fenômeno que ocorre nas línguas em uso em geral.

Tudo isso porque a língua é discurso, é uma produção social, humana, por isso complexa e dinâmica; a língua é um organismo vivo, que se modifica constantemente. A língua é política, carregada de valores que reverbera o ser humano que a utiliza. Conforme analisa a língua de sinais, Adriana Prado Santana Santos (2016), afirma que, “A quantidade de sinais não está completa e nem fechada, podendo ser acrescentadas novos sinais, criados pela comunidade surda, capazes de expressar qualquer ideia e sentimentos, mesmo os mais abstratos” (SANTOS, 2016, p. 70).

Analisando especificamente o preconceito linguístico dentro do contexto da comunidade surda e do uso que fazem da língua de sinais, a Libras, é possível detectar os mesmos mecanismos de perpetuação dos preconceitos linguísticos já detectados por Marcos Bagno a respeito da língua portuguesa.

Não se trata aqui de criticar o uso que se faz da Libras em sua comunidade, mas de chamar a atenção aos riscos de exclusão que o preciosismo linguístico pode trazer aos falantes da comunidade. Quando Bagno fala que o preconceito linguístico é o mais perverso dos preconceitos, isso se dá porque, em geral, os estigmas provocados por este tipo de preconceito são consequências de situações consideradas comuns, propagadas por supostas brincadeiras, comentários desnecessários.

## **7. CONSIDERAÇÕES**

A relevância e amplitude das teorias de Bakhtin, Foucault, Bagno e Paulo Freire no contexto da sociolinguística aplicada à Libras, ao longo deste estudo, foi possível observar como essas abordagens teóricas oferecem insights valiosos para a compreensão da complexa relação entre linguagem, poder e identidade, especialmente no contexto da comunidade surda.

A aplicação dessas teorias demonstra não apenas a importância de valorizar a Libras como uma língua legítima e rica em expressão cultural, mas também como um instrumento essencial no combate ao preconceito linguístico. Ao explorar esses conceitos, este trabalho ressalta o papel fundamental das discussões sociolinguísticas na promoção da inclusão social e educacional das comunidades surdas.

Nesse sentido, os professores de língua portuguesa desempenham um papel crucial como agentes de transformação. Ao integrar as perspectivas teóricas discutidas neste estudo em suas práticas pedagógicas, os professores podem contribuir significativamente para a desconstrução de estereótipos linguísticos e para a construção de ambientes mais inclusivos e acessíveis para os surdos.

Contudo, este trabalho destaca a importância de uma abordagem interdisciplinar que incorpore teorias sociolinguísticas e educacionais para promover uma mudança positiva na forma como a sociedade percebe e interage com a Libras e as comunidades surdas, visando a construção de um ambiente mais equitativo e respeitoso para todos

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos.; STUBBS, Michael.; GAGNÉ, Gilles. **Língua Materna - Letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, Mikhail . Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, **que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**, e o artigo 18 da Lei nº 10098, de 19 de dezembro de 2000, a principal lei de acessibilidade do Brasil.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 1986 **Microfísica do Poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como uma prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLO, Carlos. **O poder disperso: A República Brasileira e a globalização**. São Paulo: Editora X, 1997.

JÚNIOR CASTRO, Glauco. **Variação linguística em língua de sinais brasileira: foco no léxico**. Brasília, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2011.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.

STROBEL, Karin Lilian; FERNANDES, Sueli. **Aspectos lingüísticos da Língua Brasileira de Sinais**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

SKLIAR, Carlos. **Os estudos Surdos em Educação: Problematizando a normalidade**. *In*: (org.) Educação & Exclusão: Abordagem Sócio-antropológicas em educação especial. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

VASCONCELOS, Ivete Loula. Concepções educativas de paulo freire na educação de surdos. E-book VII CONEDU 2021 – Vol 01... Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://mail.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82109>. Acesso em: 17/09/2023 11:47